



# **SENADO FEDERAL**

## **(\*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

### **Nº 183, DE 2011**

**(nº 2.865/2010, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, celebrado em Atenas, em 3 de abril de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, celebrado em Atenas, em 3 de abril de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) Avulso republicado em 8 de agosto de 2011 por omissão de assinatura à última página.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO  
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA HELÊNICA EM ASSUNTOS ECONÔMICOS,  
CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E DE INOVAÇÃO**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Helênica  
(doravante denominados as “Partes”),

Desejando promover o desenvolvimento da cooperação econômica, científica e tecnológica entre si, em áreas de interesse comum, com base na igualdade, reciprocidade e com vistas à obtenção de mútuos benefícios; e

Reconhecendo a importância de medidas de longo prazo para o desenvolvimento exitoso da cooperação e o fortalecimento dos laços entre os dois países em vários níveis e, em particular, no plano dos operadores econômicos,

Chegaram ao seguinte entendimento:

**ARTIGO 1**

1. As Partes deverão, de conformidade com suas respectivas leis e regulamentos, e levando em conta suas obrigações internacionais, assim como quaisquer Acordos celebrados entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, desenvolver e fortalecer a cooperação bilateral em assuntos econômicos, científicos, tecnológicos e de inovação, da forma mais abrangente possível, em todas as áreas consideradas de interesse e benefício mútuos. Ao aplicar este Acordo, a República Helênica deverá respeitar as obrigações decorrentes de sua condição de membro da União Européia.

2. A referida cooperação deve visar especialmente a:

- a) fortalecer e diversificar os laços econômicos entre as Partes; e
- b) incentivar a cooperação entre operadores econômicos, especialmente pequenas e médias empresas, com vistas à promoção de investimentos, estabelecimento de joint ventures, acordos de licenciamento e outras formas de cooperação bilateral.

## **ARTIGO 2**

1. A cooperação prevista no Artigo 1 deverá contemplar os seguintes setores, entre outros:
  - a) indústria, em especial construção e reparação naval, aeroespacial, tecnologias de proteção ambiental, fontes renováveis de energia e construção civil;
  - b) agricultura, incluindo desenvolvimento agroindustrial, e manejo florestal sustentável;
  - c) serviços, especialmente transporte, incluindo transporte marítimo, serviços bancários, seguros e outros serviços financeiros, turismo, treinamento gerencial e ensino profissionalizante e outras atividades de serviços de interesse mútuo.
2. As Partes deverão manter consultas regulares com vistas a identificar áreas de cooperação prioritárias, assim como novos setores para a cooperação econômica, científica e tecnológica.

## **ARTIGO 3**

1. A cooperação econômica prevista neste Acordo deverá ser implementada, sobretudo, por meio de acordos e contratos a serem celebrados entre firmas, empresas e organizações brasileiras e gregas, conforme a legislação de cada Parte.
2. A implementação da cooperação científica e tecnológica no âmbito deste Acordo deverá ser realizada conforme programas, projetos e atividades acordados e definidos, quando couber, por meio de Acordos Complementares.
3. Na implementação deste Acordo, as Partes envidarão esforços para criar condições favoráveis para a cooperação econômica e o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores, especialmente por meio das seguintes ações:
  - a) desenvolvimento de um ambiente favorável ao investimento;
  - b) estímulo à pesquisa no setor privado;
  - c) facilitação do intercâmbio de informação comercial e econômica;
  - d) facilitação do intercâmbio e de contatos entre operadores econômicos;
  - e) facilitação da organização de feiras, exposições e simpósios; e
  - f) incentivo a atividades de promoção comercial.

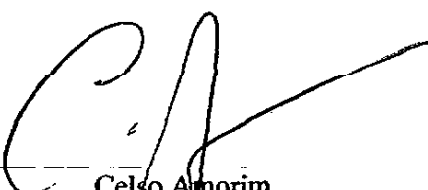
## **ARTIGO 4**

1. As Partes incentivarão e facilitarão, com base em benefícios mútuos e no interesse comum, o intercâmbio e a cooperação científica nos campos de Pesquisa, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento, bem como oferecerão oportunidades adequadas para parcerias entre instituições e organizações científicas, institutos de pesquisa, universidades, incubadoras de tecnologia e outras instituições de ensino superior, outras entidades dos setores público e privado, acadêmicos, pesquisadores e especialistas dos dois países. As Partes deverão, igualmente, incentivar atividades conjuntas em áreas especializadas e temas de interesse comum.

4. Emendas a este Acordo entrarão em vigor por meio do mesmo procedimento indicado no primeiro parágrafo deste Artigo.

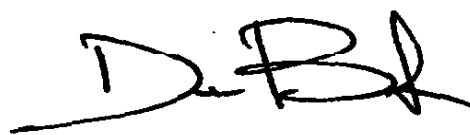
Feito em Atenas, em 3 de abril de 2009, em dois exemplares originais, nos idiomas português, grego e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de interpretações divergentes, o texto em inglês prevalecerá.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL



Celso Amorim  
Ministro das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA HELÊNICA



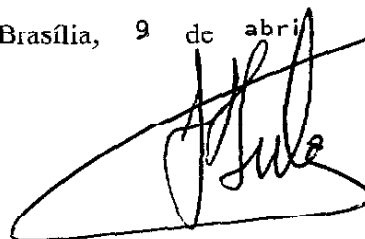
Theodora Bakoyiannis  
Ministra dos Negócios Estrangeiros

#### Mensagem nº 160, de 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, celebrado em Atenas, em 3 de abril de 2009.

Brasília, 9 de abril de 2010.



Brasília, 12 de novembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, celebrado em Atenas, em 3 de abril de 2009, por mim e pela Ministra dos Negócios Estrangeiros da Grécia, Theodora Bakoyiannis.

2. O Acordo busca promover a cooperação econômica entre os dois países e incentivar o intercâmbio entre operadores econômicos, sobretudo pequenas e médias empresas, a fim de aumentar o fluxo de investimentos, promover intercâmbio de experiências de fomento à inovação, bem como estabelecer "joint ventures", acordos de licenciamento e outras formas de cooperação bilateral.

3. Ao abordar setores diversos, como indústria, agricultura e serviços, o Acordo constitui oportunidade para impulsionar a relação bilateral. Prevê, ainda, consultas regulares entre as Partes, com vistas a identificar áreas de cooperação prioritárias, assim como novos setores para a cooperação nos campos econômico, científico, tecnológico e de inovação.

4. Conforme o art. 3, a cooperação econômica deverá ser implementada, sobretudo, mediante acordos e contratos, celebrados entre firmas, empresas e organizações de ambos os países. A cooperação científica e tecnológica, por seu turno, deverá ser concretizada por programas, projetos e atividades, uma vez acordadas e definidas em Acordos Complementares.

5. Nos termos do Acordo, Brasil e Grécia comprometem-se não só a fomentar parcerias entre instituições e organizações científicas, institutos de pesquisa, universidades, entidades dos setores público e privado, como também a incentivar visitas e contatos entre cientistas e pesquisadores; e elaborar e organizar, de maneira conjunta, programas de pesquisa e inovação, conferências, simpósios, entre outras atividades correlatas.

6. Prevê-se o estabelecimento de uma Comissão Mista, com o objetivo de assegurar a implementação do Acordo.

7. O acordo terá vigência de cinco anos após entrada em vigor, admitindo, em princípio, prorrogação tácita por períodos consecutivos de um ano. A denúncia feita por uma das Partes não afetará obrigações não cumpridas no âmbito de acordos entre operadores econômicos, ou no quadro da cooperação científica e tecnológica, salvo se assim acordado entre as Partes.

8. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso

VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim*

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*